

BJIR

Brazilian Journal of
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 6 | edição nº 1 | 2017

Resenha: Bobbio e o poder invisível

Rafael Salatini

 Igepri
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 unesp
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex

BOBBIO E O PODER INVISÍVEL

Rafael Salatini¹

Resenha de BOBBIO, Norberto. *Democracia e segredo*. Org. Marco Revelli.

Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Unesp, 2015. (88 p.)

A lista de obras de Norberto Bobbio dedicadas ao tema da democracia é bastante extensa, incluindo obras – muitas delas verdadeiros clássicos sobre o tema – como *Saggi sulla scienza politica in Italia* [Ensaio sobre a ciência política na Itália] (1969), *La teoria delle forme di governo nella storia del pensiero politico* [A teoria das formas de governo na história do pensamento político] (1976), *Quale socialismo?* [Qual socialismo?] (1977), *Il futuro della democrazia* [O futuro da democracia] (1984), *Liberalismo e democrazia* [Liberalismo e democracia] (1985), etc.

Democrazia e segreto [Democracia e segredo] (2011), publicada recentemente pela Editora da Unesp, constitui mais um título nessa imensa construção do que se poderia chamar de teoria bobbiana da democracia. A obra, organizada e prefaciada por Marco Revelli, traz três pequenos artigos publicados originalmente na imprensa italiana e um longo ensaio sobre o tema da problemática relação entre a forma de governo democrática e os chamados *arcana imperii* [segredos de Estado], que vão desde os segredos políticos criminosos até os segredos políticos definidos constitucionalmente em defesa do próprio Estado e da própria democracia.

Não se pode, contudo, nem dizer que a obra colige todos os textos bobbianos sobre o assunto – fazendo falta especialmente o ensaio “A democracia e o poder invisível”, publicado em *Il futuro della democrazia* [O futuro da democracia] – nem que se tratam de textos essencialmente inéditos no Brasil – pois alguns já haviam sido publicados em *Le ideologie e il potere in crisi* [As ideologias e o poder em crise] (1981) e em outras compilações –, mas, sem dúvida, consiste numa excelente contribuição para o debate nacional sobre a relação entre a democracia e o tema do segredo/transparência.

O primeiro texto, “O poder invisível” (publicado originalmente em 1980, no jornal *La Stampa*, por ocasião do escândalo de corrupção italiano chamado “P2”, que entornaria futuramente na Operação *Mani Pulite* [Mãos Limpas] dos anos 1990, que pôs fim à chamada primeira República italiana, e que inspirou recentemente a *Operação Lava Jato* no Brasil) – já compendiado anteriormente em *Le ideologie e il potere in crisi* [Ideologias e o poder em

¹ Professor da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus Marília. Email: rafaelsalatini@marilia.unesp.br

crise] –, argumenta que a democracia é o ideal do governo visível enquanto todas as formas de governo autoritárias (do despotismo à monarquia absoluta) se baseiam no governo invisível. Afirma Bobbio que “o autocrata [...] é tanto mais potente quanto melhor consegue ver o que fazem seus súditos sem ser por eles visto” (p. 30).

São repassados, rapidamente, desde os argumentos teóricos do Estado absoluto até os argumentos da razão de Estado (em especial os argumentos do seiscentista Gabriel Naudé, pai do conceito de *coup d'État* [golpe de Estado]). Dois seriam os principais expedientes do poder autocrático: ocultar-se (por meio das decisões secretas) e ocultar (por meio da simulação e da mentira). Ao *arcanum* [segredo] autocrático naudeliano é contraposto o princípio da publicidade kantiano. Permaneceria, contudo, tal princípio, frente ao paradoxo da corrupção política que transborda cotidianamente nos jornais das democracias ocidentais, como uma das “promessas não cumpridas da democracia”, especialmente no caso italiano, que Bobbio descreve como incompreensível se não se considerar as arcas camadas da política que chama, abaixo do governo, de “subgoverno” e, ainda mais abaixo, “criptogoverno”.

Três seriam as formas do poder invisível (todas comuns na história política Itália como na do Brasil): (a) os grupos secretos que se contrapõem ao Estado (máfias, seitas secretas, grupos terroristas, etc.); (b) os grupos corruptos dentro do Estado; e (c) os serviços secretos do próprio Estado (que podem fugir ao seu controle). As diversas diatribes italianas com essas três formas de poder invisível, e suas interconexões, permitiam a Bobbio, por fim, concluir que “isto significa que o poder é opaco” e que “a opacidade do poder é a negação da democracia” (p. 35).

O segundo texto, “O poder invisível dentro do Estado e contra o Estado” (publicado originalmente em 1981, nos jornais *La Stampa* e *Paese Sera*, igualmente pela ocasião do escândalo “P2”), inicia-se definindo igualmente a democracia como “o governo do poder visível” e ressaltando, realistamente, que “sempre houve e sempre haverá um poder invisível contra o Estado”, como também que “sempre houve, e infelizmente nada indica que tenha deixado de existir, um poder invisível dentro do Estado” (p. 38).

Ressalvando que a questão possui tanto uma dimensão moral quanto uma dimensão política, ambas fortemente antidemocráticas, Bobbio se indigna contra os casos de corrupção envolvendo a classe dirigente italiana. Indaga, nesse sentido, severamente o filósofo: “Será que nos esquecemos que ‘República’ vem de ‘res publica’ e que ‘res publica’ significa coisa pública, no duplo sentido de governo do público e de governo em público?” (p. 40).

Argumenta que, do século de Guicciardini ao século de Vico, o democratismo e a publicidade foram cada vez mais se contrapondo ao autocratismo e aos *arcana imperii*

[segredos de Estado], especialmente pelo crescimento da chamada “opinião pública”, concluindo que “qualquer forma de poder oculto, ao tornar vão este direito, destrói um dos pilares em que se apoia o governo democrático” (p. 41).

Outro artigo de jornal, “Segredos e mistérios” (publicado originalmente em 1990, em *La Stampa*, por ocasião da crise institucional do chamado “caso Gladio”), parte da análise do contexto da Guerra Fria, ressaltando que o PCI [Partido Comunista Italiano] fora o mais forte partido comunista ocidental, o qual, “mesmo quando sua orientação política se alterou radicalmente e sua lealdade às instituições republicanas estava fora de discussão”, permaneceu sendo considerado como “um personagem não confiável” (p. 77).

Distinguindo entre o segredo, que pode ser bom ou mal e depende da vontade humana, e o mistério, que “representa um limite da nossa razão e da nossa vontade”, “sinal da nossa impotência” (p. 78), Bobbio distingue os *arcana imperii* [segredos de Estado], que são uma forma de segredo, dos *arcana Dei* [segredos divinos] e *arcana naturae* [segredos da natureza], que seriam ambos mais propriamente formas de mistério. Todavia, dos nexos entre um e outro padeceria o princípio da transparência, necessário tanto à ciência quanto à justiça e quanto à democracia, pois “é inegável que uma das razões pelas quais a verdade é às vezes difícil [de ser alcançada] está precisamente no uso e abuso do segredo” (p. 80).

Bobbio argumenta que, na ferrenha disputa entre direita e esquerda que se observou durante a Guerra Fria, somaram-se ambos, segredos e mistérios, no favorecimento dos desvios, que demandaram então novos segredos, de modo que “o espaço inicial reservado ao segredo se alarga[ra] indefinidamente” (p. 83), fragilizando as democracias com o risco de golpes de Estado de ambos os lados, da direita e da esquerda, apenas suscitando ainda mais a “derrota da democracia”.

O maior texto da obra, que lhe empresta o título, “Democracia e segredo” (publicado originalmente em 1988, e já compendiado anteriormente em *El filósofo y la política* [O filósofo e a política] (publicado no México em 1996) e em *Teoria generale della politica* [Teoria geral da política] (1999)), se inicia recapitulando o recidivo tratamento dado ao tema do segredo nos tratados de filosofia política modernos, de Maquiavel a Hegel, reconhecendo que o tema remonta mesmo entre os antigos, especialmente a Tácito, pai da expressão *arcana imperii* [segredos de Estado], chegando até à literatura contemporânea que trata dos fenômenos totalitários (do nazismo ao stalinismo).

Da comparação entre o poder humano e o poder divino (onisciente) à instituição do panóptico benthamiano-foucaultiano, o poder modernamente procuraria ver sem ser visto. O que permite retomar a distinção entre autocracia-segredo (teorizada por Hobbes) e

democracia-público (teorizada por Bentham). Afirmar Bobbio que, “além do mais, o poder autocrático não somente pretende estar em melhores condições de neutralizar o segredo alheio do que o poder democrático”, mas igualmente, “quando julga necessário sabe inventá-lo para poder assim se reforçar e justificar sua própria existência” (p. 49).

O segredo seria, assim, o grande elemento das autocracias, que vivem não apenas se organizando contra as conjurações (e inventando-as quando não as há) como suscitando a caça às bruxas para promover a purificação ideológica (elemento típico das doutrinas e práticas antidemocráticas) contra os segredos que não interessam para aquelas formas de governo.

Bobbio relembra ainda a relação entre política e espetáculo, envolvendo o conceito ambíguo de representação (comum tanto ao teatro quanto à política), o mito de Proteo, a linguagem política e o uso da mentira e da dissimulação na política, que entornam no princípio da prudência (a arte de dizer o que precisa ser dito e não dizer o que não precisa ser dito), elogiado de Aristóteles a Maquiavel.

Sob o ponto de vista cognitivo, para Bobbio, haveria “limites fixados ao nosso conhecimento [humano] pela presença de três esferas insuperáveis: os *arcana Dei* [segredos divinos], os *arcana naturae* [segredos da natureza] e os *arcana imperii* [segredos de Estado], estritamente vinculados entre si” (p. 55). Três esferas que seriam enfrentadas modernamente pelo liberalismo e pela democracia. Ao *Noli autem sapere, sed time* [Não ouse saber, tema] medieval-renascentista se oporia o *Sapere aude* [Ouse saber] iluminista, que seria amplamente desenvolvido na obra kantiana – uma das maiores influências filosófico-políticas bobbianas, desenvolvido monograficamente em *Diritto e Stato nel pensiero di Emmanuel Kant* [Direito e Estado no pensamento de Immanuel Kant] (1969) e outros textos menores.

Segundo Bobbio, “levando às consequências lógicas essa afirmação, descobre-se que caem por terra as proibições tradicionais postas em prática para proteger os *arcana imperii* [segredos de Estado]” (p. 57). Ainda, “cabe a Kant o mérito de ter posto com a máxima clareza o problema da publicidade e do poder e de lhe haver dado uma justificação ética” (pp. 57-58), o que ocorrera tanto em nível nacional (quanto ao direito público) quanto internacional (no direito internacional).

Mas Bobbio segue além de Kant (que certamente não era democrata), afirmando que não basta ao poder ser público, devendo ser igualmente controlável, o que apenas pode ocorrer sob a forma de governo democrática. O símbolo do poder público, nesse sentido, seria, entre os antigos, as assembleias e, entre os modernos, os parlamentos (o que seria

reconhecido inclusive por um autor antidemocrático e antiparlamentarista como Carl Schmitt).

Para Bobbio, “entre as promessas não cumpridas da democracia [...], a mais grave e prejudicial e, ao que parece, também a mais irremediável, é precisamente a da transparência do poder” (p. 64). Considerem-se, a partir dessa constatação, os diversos tipos de segredos presentes na vida contemporânea, especialmente o segredo técnico e o segredo comercial, que entornam no fenômeno da tecnocracia, considerado por muitos estudiosos como antidemocrático.

Para Bobbio, todavia, o âmbito das relações internacionais seria aquele no qual mais persistiria o poder invisível (citando como exemplo a política externa do governo Reagan nos EUA). Afirma o filósofo que “as razões desse enfraquecimento da transparência democrática, mesmo nos Estados democráticos e sobretudo nas relações internacionais, não são difíceis de se descobrir”, sendo essencialmente duas: “(1) a presença no sistema internacional de Estados não democráticos, nos quais o segredo é regra e não exceção”, e “(2) o fato de que o sistema internacional em seu conjunto é um sistema não democrático” (p. 69). O filósofo volta-se, então, contra os tratados internacionais secretos, criticados por toda a longa tradição da teoria da paz perpétua (de Saint-Pierre a Schlegel, passando por Bentham e Kant).

Por fim, lembra as ocasiões em que o segredo pode ser considerado legítimo: (a) nas relações privadas, nas quais a privacidade é a regra e a publicidade a exceção; e (b) nas relações públicas, nas quais ocorre exatamente o inverso, a exemplo dos paradoxos da incompatibilidade dos princípios (caso da regra segurança dos Estados *versus* direitos dos indivíduos) e da exceção à regra (caso da segurança pública), que estão presente nos ordenamentos públicos de praticamente todas as democracias ocidentais modernas.

Aos poucos, a imensa obra bobbiana, dedicada especialmente à filosofia do direito e à filosofia política, de caráter eminentemente liberal (uma subespécie do liberalismo denominada liberal-socialismo), vai sendo conhecida pelo público brasileiro, desde a primeira obra publicada entre nós no final dos anos 1970 até os textos mais simples que vêm sendo paulatinamente publicados hodiernamente por inúmeras editoras (com destaque para a *Editora da Unesp* e para a atuação do *Instituto Norberto Bobbio*).